

# Sumário

Prefácio da 1ª edição .....	xxxv
Prefácio da 2ª edição .....	xxxvii

## Título I

<b>Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal .....</b>	<b>3</b>
1.1. Conceito da palavra princípio.....	3
1.2. Devido processo legal.....	3
1.3. Verdade processual.....	6
1.4. Publicidade dos atos processuais .....	13
1.5. Contraditório .....	16
1.6. Imparcialidade do juiz.....	19
1.7. Presunção de inocência.....	24
1.8. Princípio do favor rei.....	34
1.9. Promotor Natural .....	35
1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	42
<b>Capítulo II – Sistemas Processuais.....</b>	<b>47</b>
2. Noções Gerais.....	47
2.1. Sistema inquisitivo .....	47
2.2. Sistema acusatório .....	50
2.3. Sistema misto ou acusatório formal.....	52
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto.....	55
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05) .....	56
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51) .....	56
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95) .....	57
2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96).....	58
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal .....	58
<b>Capítulo III – Inquérito Policial .....</b>	<b>69</b>
3. Noções .....	69
3.1. Conceito .....	70
3.2. Natureza jurídica .....	73
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial - Lei 11.690/08 .....	75
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz .....	77
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia.....	79
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade .....	86
3.3. Características .....	89

3.3.1. Inquisitorial .....	89
3.3.2. Formal .....	90
3.3.3. Sistemático .....	90
3.3.4. Unidirecional .....	90
3.3.5. Sigiloso .....	91
3.3.6. Discricionário .....	94
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público .....	94
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	98
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006 que revogou as Leis 6.368/76 e 10.409/2002 .....	103
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências .....	139
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial .....	140
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	143
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional .....	145
3.8.1. Busca pessoal e fundadas razões .....	146
3.8.2. condução coercitiva da testemunha no IP .....	147
3.8.3. busca e apreensão e consentimento do cônjuge .....	148
3.8.4. busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão “dia” .....	150
3.8.5. busca e apreensão e a blitz em carros particulares .....	151
3.8.6. busca e apreensão domiciliar e cartas particulares .....	151
3.8.7. Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei 11.767/08 .....	153
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica .....	156
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional .....	157
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado .....	160
3.11.A. Da Violência Doméstica – Lei 11.340/2006 .....	164
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	187
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural ..	190
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial .....	197
3.14. Desarquivamento do inquérito policial .....	201
<b>Capítulo IV – ação Penal .....</b>	<b>211</b>
4.1. Noções gerais .....	211
4.2. Fundamento do direito de ação .....	212
4.3. Natureza jurídica do direito de ação .....	212
4.4. Conceito e características do direito de ação .....	214
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação .....	215
4.6. Ação penal pública .....	215
4.6.1. Princípios básicos .....	216
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional .....	216

4.6.1.2. Indivisibilidade .....	222
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	226
4.6.1.3. Indisponibilidade.....	227
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95 .....	231
4.7. Ação penal de iniciativa privada .....	233
4.7.1. Noções gerais .....	233
4.7.1.A. O Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais .....	241
4.7.2. Princípios básicos .....	249
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência .....	249
4.7.2.2. Disponibilidade.....	251
4.7.2.2.1. Do Perdão .....	251
4.7.2.2.2. Da Perempção.....	252
4.7.2.3. Indivisibilidade .....	252
4.7.2.4. Intranscendência .....	259
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima .....	259
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	261
4.9.1. Legitimidade .....	262
4.9.2. Interesse de agir.....	263
4.9.3. Possibilidade jurídica.....	265
4.9.4. Justa causa .....	267
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional .....	268
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95 .....	276
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes.....	280
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública .....	286
<b>Capítulo V – Aditamento no Processo Penal.....</b>	<b>291</b>
5. Aditamento no processo penal .....	291
5.1. Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório) .....	291
5.2. Conceito .....	292
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimimento e esclarecimento) .....	293
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	295
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição .....	297
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia .....	298
5.7. Consequências processuais do aditamento à denúncia .....	300
<b>Capítulo VI – Jurisdição .....</b>	<b>313</b>
6. Noções .....	313
6.1. Princípios .....	314
6.1.1. Ne procedat iudex ex officio .....	314
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição .....	314
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição .....	315
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição .....	315

6.1.5. Juiz natural .....	316
6.1.6. Unidade da jurisdição .....	318
6.1.7. Nulla poena sine iudicio .....	318
6.2. Competência .....	319
6.2.1. Conceito .....	319
6.2.2. Natureza jurídica .....	319
6.3. A competência na Justiça Federal .....	320
6.4. A competência na Justiça Estadual .....	334
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida .....	339
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns ...	339
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida .....	346
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função .....	347
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28 de junho de 2006 .....	358
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função .....	363
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	368
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação .....	390
6.4.9. Conexão e continência, e competência recursal .....	395
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção .....	396
6.4.11. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC 45/04 .	402
<b>Capítulo VII – Teoria Geral da Prova</b> .....	419
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....	419
7.1. Objeto da prova .....	419
7.2. Meios de prova .....	420
7.3. Classificação da prova .....	421
7.3.1. Objeto .....	421
7.3.1.1. Direta .....	422
7.3.1.2. Indireta .....	422
7.3.2. Quanto ao sujeito .....	423
7.3.2.1. Prova pessoal .....	423
7.3.2.2. Prova real .....	423
7.3.3. Quanto à forma .....	423
7.3.3.1. Testemunha .....	424
7.3.3.2. Documental .....	424
7.3.3.3. Por último, prova material .....	424
7.4. Natureza jurídica da prova .....	424
7.5. Princípios da prova .....	424
7.5.1. Princípio da comunhão da prova .....	424
7.5.2. Princípio da liberdade da prova .....	425

7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	427
7.5.3.1. Prova ilícita, ilegítima e irregular .....	431
7.5.3.2. Prova ilícita por derivação .....	432
7.5.3.3. A reforma da Lei 11.690/08 .....	436
7.5.3.4. Prova (i)lícita em favor do réu: Teorias .....	438
7.6. Da prova emprestada .....	445
7.6.1. Conceito .....	445
7.6.2. Requisitos .....	445
7.6.3. Questões controvertidas .....	447
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada.....	448
7.7. Índicio, presunção e ficção – Diferença .....	449
7.8. Da prova indiciária.....	454
7.9. Do ônus da prova.....	455
7.9.1. Ônus da prova e o poder instrutório do juiz.....	460
7.9.2. Natureza jurídica do ônus da prova.....	462
7.10. Do procedimento probatório .....	463
7.11. Sistemas de avaliação das provas .....	465
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz .....	466
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada .....	468
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional .....	470
7.12. Natureza das normas que tratam das provas.....	473
<b>Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....</b>	<b>475</b>
8. Processo: noções gerais e conceito .....	475
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase-contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório) .....	478
8.2. Pressupostos processuais .....	482
8.3. Procedimento e sua distinção de processo.....	483
8.4. Formas procedimentais .....	484
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima comina-se seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.....	487
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D).....	487
8.4.1.2. Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP ...	489
8.4.1.2.A. Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição sumária – art. 397 .....	490
8.4.1.3. Juízo de admissibilidade da acusação .....	495
8.4.1.3.1. Recebimento fundamentado da denúncia.....	495
8.4.1.3.2. Citação, intimação e requisição do preso .....	498
8.4.1.3.3. Princípio da identidade física do juiz no processo penal .....	498
8.4.1.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400.....	502
8.4.1.4.1. Prova de acusação (PA) .....	503
8.4.1.4.2. Prova de defesa (PD).....	507

8.4.1.4.3. Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas.....	507
8.4.1.4.3.1. Esclarecimento dos peritos .....	507
8.4.1.4.3.2. Assistente técnico na perícia .....	508
8.4.1.4.3.3. Acareação.....	509
8.4.1.4.3.4. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	510
8.4.1.4.4. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP .....	511
8.4.1.4.4.A. Interrogatório por videoconferência: Lei 11.900/09 .....	521
8.4.1.4.5. Diligências (D).....	535
8.4.1.4.6. Alegações finais orais (Afo) .....	535
8.4.1.4.7. Sentença.....	537
8.4.1.4.7.1. Relatório .....	538
8.4.1.4.7.2. Motivação ou fundamentação .....	538
8.4.1.4.7.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ).....	539
8.4.2. Tribunal do Júri .....	539
8.4.2.A. Introdução histórica .....	539
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único .....	566
8.4.2.C. Pronúncia com imputação genérica e conseqüente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime? .....	568
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário .....	571
8.4.2.E. Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público? .....	576
8.4.2.1. Pronúncia.....	581
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia.....	582
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?) .....	586
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia) .....	587
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos.....	588
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime .....	589
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos .....	592
8.4.2.2. Impronúncia .....	594
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia .....	596
8.4.2.2.2. Prazo .....	598
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia.....	598
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos .....	598
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis .....	600
8.4.2.3. Despronúncia.....	602
8.4.2.4. Desclassificação.....	603
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação.....	605

8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória .....	605
8.4.2.5. Absolvição sumária.....	606
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária .....	606
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária .....	607
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária.....	607
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos.....	609
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis.....	611
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício - Lei II.689/08.....	617
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	619
8.4.2.6. Libelo crime acusatório - revogado pela Lei II.689/08 ....	625
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei 11.689/08.....	627
8.4.2.8. Quesitação no júri: questionários .....	628
a) HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO EM QUE A DEFESA TÉCNICA ALEGA LEGÍTIMA DEFESA E VIOLENTA EMOÇÃO .....	630
b) HOMICÍDIO DOLOSO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TESE DA DEFESA (SE TIVER, PORQUE NÃO É MAIS NECESSÁRIO QUE TENHA E AQUI NÃO SE DEVE CONFUNDIR TESE JURÍDICA COM MOTIVO PARA ABSOLVER. A DEFESA DEVERÁ DIZER QUAL O FUNDAMENTO DE SUA MANIFESTAÇÃO: ART. 495, XIV); AUSÊNCIA DE DOLO. A DEFESA RECONHECE A MATERIALIDADE, A AUTORIA, MAS NEGA O <i>ANIMUS NECANDI</i> .....	632
c) HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. TESE DA DEFESA: LEGÍTIMA DEFESA E, ALTERNATIVAMENTE, DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. ....	634
d) HOMICÍDIO QUALIFICADO. TESE DA DEFESA: LEGÍTIMA DEFESA E INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL .....	635
e) COMO SE QUSITA O EXCESSO CULPOSO DA LEGÍTIMA DEFESA? .....	635
f) EXECUTOR E PARTÍCIPE. EXECUTOR TEM DESCLASSIFICADA A INFRAÇÃO POR NEGATIVA DO DOLO. O PARTÍCIPE DEVE SER JULGADO PELO CONSELHO DE SENTENÇA? .....	637
g) HOMICÍDIO TENTADO. TESE DA DEFESA: DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA .....	638
h) TENTATIVA BRANCA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. TESE DEFENSIVA: DESCLASSIFICAÇÃO PARA RESISTÊNCIA À PRISÃO.....	638

i) DISCORDÂNCIA ENTRE A AUTODEFESA E A DEFESA TÉCNICA, EM PLENÁRIO: QUESITAÇÃO.....	640
j) AUTOR E PARTÍCIPE E DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO: AUTOR ABSOLVIDO POR LEGÍTIMA DEFESA REAL NO PRIMEIRO JULGAMENTO E POSTERIOR JULGAMENTO DO PARTÍCIPE. PODE?.....	641
k) HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO EM CURSO FORMAL. TENTATIVA BRANCA CONTRA POLICIAIS COM <i>ABERRATIO ICTUS</i> (LESÃO DE TERCEIRA PESSOA). TESE DA DEFESA: RESISTÊNCIA À PRISÃO (AUSÊNCIA DE DOLO DE MATAR).	641
8.4.2.9. Regulamentação dos debates pelo juiz .....	642
8.4.2.10. Uso de algemas em audiência .....	644
8.4.2.11. Dos debates em plenário .....	651
8.4.3. Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	652
8.4.3.1. Denúncia .....	654
8.4.3.2. defesa prévia .....	654
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal) .....	656
8.4.3.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ .....	663
8.4.3.5. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova .....	665
8.4.4. Juizado Especial Criminal .....	666
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais.....	668
8.4.5.1. Institutos despenalizadores .....	669
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo .....	669
8.4.5.3. Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei 11.719/08 .....	669
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	671
8.4.5.5. Prescrição .....	672
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada .....	672
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.....	674
<b>Capítulo IX – Da Prisão Cautelar .....</b>	<b>677</b>
9. Noções .....	677
9.1. Características .....	678
9.1.1. Pressupostos .....	681
9.2. Prisão em flagrante.....	682
9.2.1. Conceito de flagrante delito.....	683
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante.....	683
9.2.3. Espécies de flagrante delito.....	688
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada .....	693
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	695
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado.....	698
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado .....	700



9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	702
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato .....	704
9.2.10. Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/05 .....	705
9.2.11. Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública...	708
9.3. Prisão preventiva <i>stricto sensu</i> .....	709
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	710
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva .....	712
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva .....	715
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude .....	720
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	721
9.3.6. Revogação da prisão preventiva .....	723
9.4. Prisão administrativa.....	723
9.5. Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei 11.719/08.....	727
9.6. Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei 11.689/08 .....	729
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89 .....	734
<b>Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional</b> .....	747
10. Noções gerais .....	747
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança .....	747
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos .....	763
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória .....	766
<b>Capítulo XI – Citação</b> .....	771
11. Noções gerais e conceito .....	771
11.1. Natureza jurídica da citação.....	772
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> .....	774
11.2.1. Requisitos da suspensão .....	774
11.2.2. Limite de tempo da suspensão .....	776
11.2.3. Incidência da norma.....	777
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão .....	779
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no pro- cesso penal .....	780
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital .....	782
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital .....	782
11.2.8. Defensor público e citação por edital.....	783
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	783
<b>Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades</b> .....	785
12. Noções gerais e conceito de nulidade.....	785
12.1. Natureza jurídica da nulidade.....	788
12.2. Princípios processuais da nulidade.....	788
12.2.1. Prejuízo .....	788

12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	791
12.2.3. Interesse .....	792
12.2.4. Convalidação .....	792
12.3. Sistemas .....	793
12.3.1. Certeza legal .....	793
12.3.2. Instrumentalidade das formas .....	793
12.3.3. Misto .....	794
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção .....	794
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural .....	795
<b>Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos</b> .....	<b>797</b>
13.1. Conceito .....	797
13.2. Fundamento .....	798
13.3. Natureza jurídica do recurso .....	798
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso .....	798
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação) .....	799
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão .....	799
13.4. Princípios gerais dos recursos .....	800
13.4.1. Taxatividade .....	800
13.4.2. Unirrecorribilidade .....	800
13.4.3. Fungibilidade .....	801
13.4.4. Voluntariedade .....	802
13.4.5. Conversão .....	804
13.5. Proibição da reformatio in pejus .....	804
13.6. A reformatio in pejus indireta .....	806
13.7. Efeitos dos recursos .....	814
13.7.1. Devolutivo .....	814
13.7.2. Suspensivo .....	819
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos .....	823
13.8. Os recursos e o direito intertemporal .....	825
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos .....	827
13.9.1. Conceito .....	827
13.9.2. Requisitos intrínsecos .....	830
13.9.2.1. Legitimidade .....	830
13.9.2.2. Interesse .....	838
13.9.3. Sucumbência e interesse .....	842
13.9.4. Requisitos extrínsecos .....	843
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal) .....	843
13.9.4.2. Tempestividade .....	844
13.9.4.3. Regularidade formal .....	845
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia) .....	846
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação) .....	849
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes) .....	849
13.11.1. Recurso em sentido estrito .....	849

13.11.2. Apelação.....	855
13.11.2.1. Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007 .....	867
13.11.3. Protesto por novo júri .....	868
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade.....	884

## Título II DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

<b>Capítulo I – Do <i>Habeas Corpus</i></b> .....	893
1.1. Conceito .....	893
1.2. Natureza jurídica .....	893
1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	894
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	895
1.5. Legitimidade ativa .....	897
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema .....	899
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia .....	901
1.7.1. Juiz e competência.....	902
1.7.2. Promotor de justiça e competência .....	902
1.7.3. Delegado de polícia e competência .....	903
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular .....	904
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo.....	907
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito .....	910
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição.....	911
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) .....	912
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença .....	912
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal.....	913
1.15. <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	919
1.16. <i>Habeas Corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer.....	921
<b>Capítulo II – Revisão Criminal</b> .....	925
2. Noções gerais .....	925
2.1. Conceito .....	926
2.2. Natureza jurídica .....	926
2.3. Objeto.....	928
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir .....	928
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	929
2.4.3. Interesse processual.....	931
2.5. Formas de revisão criminal .....	931
2.6. Pressupostos legais.....	932
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal .....	932
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	936

2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal .....	938
2.10. Efeitos da revisão criminal.....	939
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal.....	939
2.10.2. Absolver o réu .....	940
2.10.3. Modificar a pena .....	941
2.10.4. Anular o processo.....	942
2.10.5. Proibição da reformatio in pejus.....	944
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira.....	944
<b>Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal .....</b>	<b>947</b>
3. Objetivos e Noções Gerais.....	947
3.1. Conceito .....	947
3.2. Natureza Jurídica.....	948
3.3. Objeto.....	949
3.4. Questões controvertidas.....	950
3.4.1. Identificação criminal.....	950
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei.....	951
3.4.3. Prova contra si mesmo.....	953
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente.....	956
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório .....	956
3.4.6. Estrangeiro não residente no País.....	957
<b>Nota Final do Autor à 1ª Edição .....</b>	<b>961</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>963</b>
<b>Índice Remissivo.....</b>	<b>975</b>